

RESENHA

O PÊNDULO DA DEMOCRACIA

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

Thiago Logatto¹

Na esteira dos debates que se difundiram sobre a crise das democracias contemporâneas no *mainstream* da ciência política, o Brasil, que acabou injustificadamente ficando de fora em muitas das principais obras bibliográficas produzidas sobre o tema, apresentou, em sua história recente, elementos que se combinam para formar mais um caso de crise democrática – iniciada, segundo Leonardo Avritzer², a partir de 2013. São esses elementos que o autor procura elucidar em seu livro *O pêndulo da democracia*, publicado pela Todavia em setembro de 2019. Pode-se afirmar que se trata de uma continuação em relação ao seu *Impasses da democracia no Brasil*, publicado três anos antes, buscando dar conta dos novos acontecimentos que marcaram a crise brasileira, do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 até a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Em *Impasses*, os problemas observados pelo autor envolviam os limites políticos do presidencialismo de coalizão, mudanças no caráter da participação e mobilização social em sua relação com a representação política, consequências políticas, sociais e econômicas da corrupção, a insatisfação da classe média tradicional e as interferências do Judiciário sobre a política. Neste sentido, a análise do autor recaiu principalmente sobre o período inaugurado após a Constituição de 1988, que atingia então limites para o contínuo crescimento da cultura democrática no país. A novidade de *O pêndulo da democracia* consistiu na ampliação do escopo da análise da construção da democracia no Brasil, incluindo a experiência democratizante do período 1946-64 e a guinada

¹ Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tlogatto@id.uff.br

² Leonardo Avritzer é doutor em Sociologia Política pela *New School for Social Research*, professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, e coordena o INCT Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação.

autoritária do golpe de 1964, e um diálogo com aspectos do pensamento político brasileiro, incorporando uma interpretação que combina elementos estruturantes e conjunturais.

Ganha destaque, assim, a concepção de um movimento pendular na política brasileira, que oscila entre períodos nos quais elites e massas formam consensos favoráveis à instauração de uma ordem democrática, e momentos regressivos, em geral marcados por fragmentação política, crise econômica e desavenças quanto aos rumos do país, nos quais a classe média se alinha às elites em torno de uma visão antidemocrática, ampliando a adesão de setores populares à rejeição da política. Através dessa chave interpretativa, Avritzer desenvolve seus argumentos visando compreender um dos traços mais marcantes das crises democráticas contemporâneas: o processo gradual de deterioração das instituições democráticas mobilizado por atores, tanto no mercado quanto na política, cuja adesão à democracia aparenta ser altamente circunstancial.

O autor aponta que a ausência de uma estrutura consolidada de direitos civis, mantida mesmo nos momentos democratizantes, é o maior limite à construção democrática no país. Em diálogo com Sérgio Buarque de Holanda, Avritzer vê a estrutura cordial da formação brasileira, descrita em *Raízes do Brasil*, como um obstáculo à consolidação de uma estrutura formal de direitos, fundamental em um regime democrático-liberal. A centralidade do “homem cordial” na tradição liberal torna possível a existência de “elementos antieleitorais e antidireitos em funcionamento no interior de uma estrutura democrática” (Avritzer, 2019, p. 49) por meio da “continuidade de amplas vias de questionamento da soberania política e de resultados eleitorais, as quais parecem estar à disposição daqueles que queiram utilizá-las” (Avritzer, 2019, p. 52).

Portanto, ainda que o período inaugurado pela Constituição de 1988 até 2013 tivesse sido bem-sucedido de forma geral – o crescimento da satisfação com a democracia sinalizava associação positiva entre melhorias socioeconômicas e as práticas democráticas –, a presença de “vias antissoberanas” frustrou o otimismo inicial: uma lei de impeachment que facilita a abertura de caminhos institucionais para a remoção de mandatos; a atuação da Justiça Eleitoral ao deslegitimar o processo eleitoral e legitimar judicialmente mandatos executivos; a preservação de prerrogativas

e privilégios corporativistas dos militares (o que vale também para o Judiciário), que vem estreitando as relações entre Forças Armadas e sistema político; e o questionamento de agentes do mercado sobre o papel das eleições na definição de políticas públicas.

Neste frágil arranjo político, mudanças de longo prazo decorrentes de políticas distributivas e compensatórias que ampliaram a produção de igualdade social na ordem democrática provocaram reações de setores que, através da estrutura institucional antidemocrática vigente, moveram o pêndulo para longe da democracia. Concentrando-se na conjuntura 2014-8, o autor percebe um crescimento de “comportamentos antidemocráticos” após as manifestações de 2013: a atuação conjunta entre o Tribunal de Contas da União, o Tribunal Superior Eleitoral e o Congresso Nacional, com destaque para o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na deposição de Dilma; o atendimento de Temer aos anseios do mercado financeiro em nome de um “liberalismo econômico jabuticaba” – um programa de austeridade que defendia o corte de gastos públicos em áreas fundamentais, como educação, ciência e tecnologia, saúde e Previdência Social, e que, contudo, deixava intocadas despesas e salários das corporações judiciais – em clara oposição ao projeto político vencedor das eleições de 2014; e a crescente influência militar sobre a política nacional (amplificada após a vitória de Bolsonaro). É esse o quadro da crise democrática brasileira que nosso autor analisa sucintamente ao longo do livro, do qual depreendemos três elementos, comentados a seguir: o “tamanho” do Estado brasileiro, o acirramento da violência e intolerância na política e a atuação antidemocrática conjunta entre elite e classe média.

Remetendo ao trabalho clássico de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, Avritzer afirma que “a crise tem origem no [...] pacto político e constitucional que optou por manter estruturas de um Estado patrimonial e, ao mesmo tempo, construir um Estado social” (Avritzer, 2019, p. 74). A princípio, a modernização do Estado iniciada em 1930 teria convivido com um processo de apropriação patrimonialista do Estado por diferentes grupos – estatais ou paraestatais. As diversas iniciativas modernizadoras, baseadas tanto em concepções desenvolvimentistas e estatistas, quanto em concepções liberais através do mercado, não lograram eliminar a forte influência dos interesses privados sobre as decisões políticas; ou seja, as práticas de espoliação do

Estado e dos recursos públicos ainda persistem³. No entanto, a Constituição de 1988 deu origem ao Estado social, novidade que alterou o padrão de gastos públicos a fim de garantir a unificação, institucionalização e formalização de políticas sociais – responsáveis por impactos consideráveis na redução da pobreza e da desigualdade –, e abriu uma via efetiva de rompimento com a estrutura patrimonial.

O que estava em jogo no período crítico de 2014-8, portanto, eram os limites do arranjo de dois Estados: uma crise decorrente de “um padrão de dominação oligárquica de longo prazo do Estado revertida apenas parcialmente pela Constituição de 1988” (Avritzer, 2019, p. 103). A inflexão liberal a partir de 2015, sob hegemonia do mercado financeiro, seguiu o “liberalismo jabuticaba” tendo o Estado social como principal alvo. Avritzer acertadamente aponta que a solução envolvendo o desmonte do Estado social, mas preservando o Estado patrimonialista, é um componente crucial da crise democrática brasileira: fica patente a questão da inviabilidade eleitoral da agenda econômica do mercado e seus impactos socioeconômicos, bem como o peso da estrutura patrimonialista sobre a efetivação do regime democrático. Contudo, a complexa interação entre setor público e privado é parte do cotidiano das sociedades modernas, o que exige uma análise mais rigorosa do patrimonialismo brasileiro. A necessária modernização do Estado brasileiro não deve encobrir as diferenças significativas que existem entre concepções modernizadoras desenvolvimentistas e liberais, principalmente em relação ao histórico de construção do Estado social e da democracia no país – que, como se vê, são incompatíveis com os interesses do mercado financeiro.

Em segundo lugar, em diálogo com Hannah Arendt, mas sem perder de vista a presença do “homem cordial”, Avritzer alerta que estamos vivenciando um rompimento na estrutura da cordialidade caracterizada por um novo ciclo de intolerância política e social advinda do “homem comum e bem-intencionado”. Aproveitando-se da fragilidade do processo débil de institucionalização da tolerância religiosa no país, o crescimento de denominações neopentecostais nas últimas décadas abriu um campo de disputa religioso valorativo através de representações parlamentares que acentua a intolerância

³ Atualmente a estrutura patrimonial inclui desde relações entre sistema político e empreiteiras ligadas ao setor de infraestrutura, arranjos políticos subjacentes à administração da Petrobras, até a representação dos interesses do mercado financeiro pelo Banco Central – que o autor classifica corretamente como “a principal estrutura de drenagem do setor público no Brasil” (Avritzer, 2019, p. 88).

nas disputas políticas. O autor acerta ao evidenciar o papel desempenhado pelos grupos neopentecostais na crise brasileira, dado que a aproximação entre eles e novas figuras e movimentos da direita – cuja presença massiva nas ruas, e agora também na internet, não era vista desde a redemocratização – tem resultado em ataques a liberdades individuais e na radicalização de uma cultura de intolerância. Entretanto, precisamente pela relevância do tema, o fato de nosso autor sequer mencionar o apoio neopentecostal ao PT durante os três mandatos presidenciais anteriores ao período de crise é digno de nota. Compreender o movimento pendular deste grupo religioso, que vem crescendo continuamente e alimentando a intolerância política no país, e como a conquista do seu apoio político tem se mostrado crucial para a dinâmica eleitoral, são tarefas indispensáveis aos nossos cientistas sociais.

Por fim, ainda que sejam diversas as frentes em que ocorre a regressão democrática, há um fio condutor inspirado nos trabalhos de Acemoglu e Robinson acerca do papel histórico das elites na formação nacional: a presença de elites extrativas associadas a práticas de superexploração do trabalho, e a contradição envolvendo a formação de um sistema de justiça e garantias individuais alinhado com as necessidades e crenças das elites desde o Império, desvinculado da vontade popular. No entanto, como o comportamento antidemocrático das elites não é suficiente para explicar as oscilações do pêndulo democrático, Avritzer propõe considerar a relação estabelecida entre classe média, elites e opinião pública.

Contrariando a correlação entre renda, escolaridade e apoio à democracia observada na literatura especializada, afirma: “temos setores na classe média com fortes características rentistas e pouca identificação seja com a democracia, seja com processos de inclusão social” (Avritzer, 2019, p. 152). No entanto, nosso autor ressalta que o comportamento da classe média em relação às classes populares e ao alinhamento com as elites é instável e circunstancial. Na conjuntura analisada, o engajamento antidemocrático entre classes médias e elites resultou não de um “ódio secular às classes populares”, como quer o sociólogo Jessé Souza (2017 apud Avritzer, 2019, p. 14), mas de uma combinação específica: o novo papel das redes sociais, o aumento da intolerância política, a seletividade do combate à corrupção por meio da associação entre Judiciário e setores da opinião pública em torno do antipetismo, e o

clima de aversão à política causado pela perda de credibilidade das instituições políticas e do Judiciário⁴.

Sem negar a vocação antidemocrática das elites brasileiras, cabe indagar se as resistências oligárquicas não correspondem a um problema mais amplo, ao qual estão submetidas as democracias liberais em geral. Avritzer traça um paralelo entre as instituições brasileiras e o comportamento antidemocrático das elites nacionais de maneira consistente, anotando as particularidades do caso brasileiro, mas convém ressaltar que processos de democratização não seguem lógica linear e evolutiva; antes, a imagem do pêndulo talvez ilustre a tensão fundamental que reside na combinação entre capitalismo e democracia. Afinal, a expansão da cidadania democrática para além dos homens, brancos e integrantes das elites, foi impulsionada pelas lutas sociais de grupos historicamente desprovidos de direitos (Therborn, 1977), além de o apoio à democracia pelas elites econômicas, incluindo nas sociedades mais afluentes, embora principalmente na América Latina, sempre ter sido condicionado a garantias institucionais aos seus interesses (Rueschemeyer; Stephens; Stephens, 1992).

Nosso autor não se limita a elencar os problemas nacionais: reforça a necessidade de maior adesão social aos valores democráticos e aos resultados eleitorais, e de um pacto entre as forças democráticas e o mercado como caminhos para a superação da crise democrática, considerando que a principal novidade da conjuntura foi a suposta legalidade das ações antidemocráticas, como a reversão de resultados eleitorais. Neste sentido, a vitória de Lula em 2022, abordada em *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*, trouxe ao mesmo tempo alívio e cautela: embora compreendida como um movimento de reconstrução democrática graças ao reconhecimento público dos resultados eleitorais, à melhora nos índices de confiança na democracia brasileira, e à capacidade de organizar uma composição de forças democráticas, o aumento da extrema-direita e a força política dos setores conservadores ainda abalam o horizonte democrático.

Escrito de forma clara e objetiva, facilitando a leitura do público não especializado e aguçando o interesse do leitor, o livro é um retrato amplo e conciso dos

⁴ Em seu livro *Política e antipolítica*, lançado em 2020, vemos com mais detalhes como essa combinação foi aproveitada por Bolsonaro para chegar ao poder, e serviu de combustível para sua postura negacionista durante a pandemia do Coronavírus, seus ataques às instituições, e para a histórica elevação da ocupação de cargos civis por militares, agravando ainda mais a crise democrática no país.

fatos marcantes da política brasileira. Trata-se de obra bem-sucedida por fornecer um panorama profícuo dos dilemas políticos nacionais. E não é simples o grande desafio aos defensores da democracia no país: o histórico problema de institucionalização de uma cidadania democrática sob o predomínio de elites extrativas e antidemocráticas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel. (Orgs.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

STEPHENS, Evelyne Huber; STEPHENS, John D. **Capitalist development and democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

THERBORN, Goran. The Rule of Capital and the Rise of Democracy. **New Left Review**, n. 1/103, p. 3–41, jun. 1977.